

“DIANTE DA DOR DOS OUTROS”: INTERROGAR A INSTITUCIONALIZAÇÃO, A PARTIR DA ESCUTA DE PESSOAS QUE FORAM RETIRADAS DE SUAS MÃES”

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Coordenadoria de Fomento à Pesquisa - Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Luiza Di Ninno Domingues¹
Apoio: *PIVIC Mackenzie*

Isadora Simões de Souza²

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) – Curso de Psicologia^{1 2}

<10388491@mackenzista.com.br>
<isadorasimoes.souza@mackenzie.br>

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo interrogar o fenômeno da institucionalização, de maneira complexa e abrangente, considerando os diferentes contextos em que ele se dá. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa, que consistiu em entrevistas com duas mulheres adultas e moradoras de São Paulo, que foram separadas de suas famílias de maneiras distintas: uma por meio da retirada de sua mãe e a outra pelo processo de adoção voluntária. Analisando essas vivências de maneira crítica e através da escuta dos filhos, é possível compreender a adoção e institucionalização como fenômenos sociais, com marcadores de gênero, raça e classe social. Partindo dessas narrativas e de uma revisão bibliográfica, discute-se a criminalização da pobreza, o racismo e o adulto centrismo existentes na sociedade. Inspirado no livro de Susan Sontag, chamado "Diante da dor dos outros", que problematiza a experiência da guerra, que nos auxilia a pensar no que aqui chamamos de retirada, afastamento ou até sequestro de bebês, fazemos um paralelo histórico com as ditaduras latino-americanas e desaparecimento de crianças. Como objetivo final, o estudo busca discutir a importância do desenvolvimento de políticas públicas que verdadeiramente protejam os direitos das crianças e adolescentes, e que lhes coloquem como protagonistas de suas próprias histórias.

Palavras-chave: adoção; retirada de crianças; institucionalização; direitos da criança; violência de Estado

ABSTRACT

The present study aims to interrogate the phenomenon of institutionalization in a complex and comprehensive manner, considering the different contexts in which it occurs. To this end, a qualitative research was conducted, consisting of interviews with two adult women living in São Paulo, who were separated from their families in different ways: one through the removal from her mother and the other through the process of voluntary adoption. By critically analyzing these experiences and through listening to the voices of the children, it is possible to understand adoption and institutionalization as social phenomena, marked by gender, race, and social class. Based on these narratives and a literature review, the study discusses the criminalization of poverty, racism, and adult-centrism present in society. Inspired by Susan Sontag's book *Regarding the Pain of Others*, which problematizes the experience of war and helps us reflect on what we here call removal, separation, or even abduction of babies, we draw a historical parallel with Latin American dictatorships and the disappearance of children. As a final objective, the study seeks to discuss the importance of developing public policies that truly protect the rights of children and adolescents, placing them as protagonists of their own stories.

Keywords: adoption; child removal; institutionalization; children's rights; state violence

INTRODUÇÃO

1.1 Problema de pesquisa

Esse trabalho busca debater a questão da retirada de crianças, especialmente buscando problematizar a perspectiva dos próprios adotivos, que foram afastados de suas famílias, mais especificamente daquelas em situação de pobreza e vulnerabilidade. Ademais, o projeto busca problematizar tal seletividade, uma vez que ela é pautada em um racismo vigente. Em correlação à questão econômica, a raça e a etnia aparecem como fatores intrínsecos no recorte da população infantojuvenil que se encontra hoje no sistema de adoção. Segundo o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), das 4.508 crianças disponíveis para adoção em 2023, 69,6% eram pretas ou pardas. Demonstrando assim, uma proporção maior do que a própria população negra ou parda presente no país segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que representa 56,1% da população brasileira. Ainda no que cerne a convergência da pobreza com a raça e a etnia, segundo o IBGE, em 2019, pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, que recebem menos de US\$ 1,90 por dia, 9% são pretos, 11,4% são pardos e 5% são brancos. Dos que recebem menos de US\$ 5,50 por dia, 34,5% são pretos, 38,4% são pardos e 18,6% são brancos.

Pensando nesse contexto, compreendemos a importância de investigar o recorte econômico e racial dessa pesquisa, uma vez que a institucionalização dessas crianças está, em grande parte, diretamente influenciada por tais fatores. Ademais, é primordial falarmos sobre a institucionalização em si. No campo da infância e da adolescência, destacamos que, dentro dessas instituições totais (GOFFMAN, 1974), os moradores estão condicionados a regras e condições impostas pelo lugar em que foram colocados, portanto não possuem liberdade para desenvolver as próprias subjetividades. Ainda, ao pensarmos nas relações de poder existentes em um processo de institucionalização, a obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault (1987) traz contribuições importantes. Foucault (1987) entende que, a partir do surgimento do capitalismo, com o objetivo do lucro, o homem foi colocado em posições cada vez mais dóceis, ou seja, foi sendo disciplinado para obedecer, o que ocorre de maneira explícita na vivência nas instituições citadas acima.

Visando compreender o jogo de forças e de verdades que governam corpos de crianças em situação de vulnerabilidade social, buscamos pensar na ideia de ciclo de violações de direitos que ocorrem nessas trajetórias. No mais, cabe ressaltar as possibilidades futuras das crianças uma vez institucionalizadas, colocando em análise as marcas deixadas pela interferência do estado na vivência da criança/adolescente institucionalizado. Nesse sentido,

entende-se a importância de trazer luz a essa perspectiva, pois o senso comum que se tem frente a adoção é extremamente romantizado. Para verificar essa afirmação, basta uma pesquisa sobre o tema e os resultados serão - em sua esmagadora maioria: conteúdos que descrevem a adoção como um milagre, algo a ser sempre grato por e, acima de tudo, algo que é positivo para a criança adotada, conforme o movimento “Adotivas” ¹(2022) vem trazendo publicamente em seus debates.

Esse trabalho parte de fragmentos da tese de doutorado de Souza (2022), a partir da ideia de uma “pesquisa viva”, orientada por uma epistemologia que defenda crianças e adolescentes, feminista, e em especial desde o feminismo decolonial. O trabalho abordará os seguintes planos: a) a escuta de pessoas que foram retiradas de suas mães na infância e b) a problematização em relação à criminalização e patologização das famílias pobres.

1.2 Justificativa

Partindo de uma ótica social, a escolha desse tema se justifica, primeiramente, diante do alto número das chamadas crianças acolhidas no Brasil, título que abrange todas as crianças que estão atualmente nos sistemas institucionais, como abrigos, casas lares e as denominadas famílias acolhedoras, principalmente no estado de São Paulo. De acordo com o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), até a data de 18/12/2023, 32.348 crianças estavam institucionalizadas no Brasil, sendo que dessas, 9852 estão no estado de São Paulo, o que representa o maior número dentre todos os estados brasileiros, disparadamente. Assim, compreende-se que o número de crianças institucionalizadas é expressivamente alto, principalmente em São Paulo.

Nesta pesquisa, o foco será naqueles que foram retirados de suas famílias biológicas, partindo principalmente de justificativas discriminatórias dadas pelos órgãos de justiça, pelos serviços de redes de saúde e sócio-assistencial, responsáveis pelo acolhimento de crianças no sistema estatal. Um exemplo disso são as crescentes recomendações dos órgãos públicos em relação à retirada de bebês de mulheres usuárias de drogas, assim como as que foram implementadas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em 2014, que determinava a comunicação por parte do servidor, de que a gestante era usuária de drogas, e posteriormente, a retenção de seus filhos até a decisão final da Justiça.

¹ Adotiva é o nome dado para a Associação Brasileira de Pessoas Adotadas, fundada em 2022 e composta por 16 pessoas. O seu objetivo é oferecer suporte e fortalecimento para a construção de políticas públicas favoráveis às pessoas adotadas e ser um espaço de escuta. Além da associação, existe um podcast de nome Adotivas, que conta com alguns membros do grupo e discute assuntos relacionados à adoção.

Somado a isso, é importante fazer um recorte referente à renda e raça ao falar sobre crianças colocadas para adoção. No Brasil, segundo o IBGE, em 2022, 12,7 milhões de pessoas viviam na extrema pobreza e 67,8 milhões na pobreza. Além disso, as pessoas pretas ou pardas representavam mais de 70% dos pobres e extremamente pobres. Ou seja, considerando tais dados, entendemos como a pobreza é extremamente presente nas realidades brasileiras, e, portanto, não deve ser banalizada. Dessa maneira, a criminalização e patologização desses corpos é extremamente grave e invisibiliza ações estatais de amparo e mudança, que são essenciais. Sendo assim, essa pesquisa busca inovar o campo do conhecimento desta temática, dando voz aos invisibilizados tanto pela pobreza e raça quanto pela institucionalização - os adotivos.

1.3 Objetivo

O objetivo geral do presente trabalho é compreender a violência cíclica e, muitas vezes permeada pelo Estado, acometida em corpos de indivíduos institucionalizados desde a infância, especificamente àqueles que foram retirados de suas mães biológicas e cresceram em lares adotivos e/ou serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Posto isso, ao que tange os objetivos específicos aqui presentes, se encontram:

- a. escutar as vivências de indivíduos que um dia foram crianças do sistema de adoção do Estado de São Paulo a partir de dois "usuários-guias";
- b. interrogar a violência de Estado presente no processo de adoção e posterior a ele;
- c. problematizar a criminalização e a patologização da pobreza nos contextos de retirada e afastamento familiar e comunitário.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Frente a amostra de “pesquisa viva”, - conceito que se aproxima da chamada “rede viva”, do autor Emerson Merhy (2014) - realizada com pessoas institucionalizadas pelo processo de adoção do Estado de São Paulo à luz da base bibliográfica feminista proposta neste projeto, esperamos compreender e analisar uma parcela da vivência de crianças no que diz respeito ao ciclo de violências estatais acometidas desde a infância até a vida adulta. Ao que se refere a previsão de resultados, partindo principalmente dos achados da pesquisa de Souza (2022), acreditamos ser possível encontrarmos vivências em que a discriminação de contextos sociais, de raça, de gênero e da história pregressa familiar, principalmente no que se refere à pobreza, interfira na institucionalização de corpos.

Além disso, Goffman, com seus trabalhos sobre as instituições totais (1974), será central para a discussão sobre a vivência em abrigos e outros lares de acolhimento infanto-juvenil. O entendimento sobre esse tipo de instituição e a maneira com a qual ela interfere nas vivências de seus moradores irá nos ajudar a compreender as consequências na vida adulta de crianças adotadas. Ademais, Foucault (1987) acrescenta na discussão ao discutir sobre a característica disciplinadora de nossa sociedade, principalmente nos ambientes institucionais, e como as pessoas são colocadas em papéis cada vez mais dóceis para que sirvam para os interesses do Estado. Somado a isso, Hannah Arendt nos ajuda a refletir sobre as consequências da dominação e violência que surge com ela, pensando sobre o seu caráter cíclico, em que a opressão gera mais violência ainda (ARENDT, 2011).

Por outro lado, ao pensarmos sobre a criminalização da pobreza e a maneira como a falta de capital interfere diretamente na retirada de crianças, podemos pensar nos estudos de Martín-Baró (2009), que disserta que a pobreza se dá como a: “[...] impossibilidade objetiva de emergir na história como donos de seu próprio destino”. Sendo assim, a pesquisa se pautará nessa posição de falta de liberdade e autonomia que as famílias pobres são colocadas, onde as escolhas são feitas por elas sem o seu consentimento, como em muitos casos de retiradas de filhos.

Paralelamente, contando com uma metodologia crítica, ao estabelecer relações e evidências por meio de discursos, estaremos questionando regimes de verdade, como discutido por Foucault (1980) que aponta que esses regimes são criados ao longo de gerações, e são reiterados por aqueles que retêm poder social. Ademais, em face do tratamento com os entrevistados, principalmente no que diz respeito a coleta de dados, teremos como base a "Crítica da colonialidade em oito ensaios", de Rita Segato (2021) - adotando assim, uma ótica de antropologia por demanda dos povos originários brasileiros. Em outras palavras, vamos usufruir de uma visão que contribua historicamente para o entendimento dos povos originários e seus descendentes através de seus próprios olhares, de modo a não alimentar a forma vigente de poder em âmbito social. Dessa maneira, pretendemos contribuir para políticas públicas que divergem de ideais coloniais que perpetuam até hoje na vivência cotidiana daqueles que por décadas foram objeto de estudo da antropologia brasileira: os pretos e os pardos, em concordância com às críticas dissertadas por Françoise Vergès (2019), principalmente em “Um feminismo decolonial”.

3. METODOLOGIA

Referente a metodologia utilizada nesta pesquisa; a dissertação deste projeto básico é de âmbito qualitativo, que trata-se de uma prática de pesquisa que busca entender a complexidade de fenômenos sociais e humanos, explorando suas características e significados (COELHO, 2020), e tem como abordagem de pesquisa-ação. Isso é essencial para trazer a essa pesquisa aspectos dinâmicos e orgânicos relacionados à compreensão sobre a violência de estado em corpos de crianças institucionalizadas, a partir de suas vivências e convicções, a fim de colocá-la como papel principal da pesquisa e captar os resultados a partir da própria realidade. (CALIL; ARRUDA, 2004). Para a coleta desses dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, o que permite uma maior reflexão acerca das perguntas e respostas mais completas. Como aporte teórico central, utilizamos o debate do sanitarista Emerson Merhy (2014), que trabalha com a construção de “redes vivas”. Nesse sentido, utilizamos essa ideia para pensar em uma “pesquisa viva”, que se baseia na pesquisa-ação. Realizamos duas entrevistas no total, com duas mulheres adultas, moradoras do estado de São Paulo. As duas passaram pelo processo de afastamento de suas famílias biológicas, uma de forma voluntária - em que a mãe a colocou para a adoção, e a outra de forma forçada - em que foi colocada em um abrigo, após um histórico de retirada de crianças de sua mãe. Por serem duas histórias com características distintas, buscamos encontrar perspectivas diferentes entre as duas, já que isso é crucial para uma pesquisa com a complexidade necessária. Antes das entrevistas, explicamos o processo e seus possíveis danos, buscando garantir o consentimento delas e pedimos que assinassem um documento o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), o que foi feito. A entrevista partiu de um pequeno roteiro com assuntos base, mas seguiu como uma conversa, permitindo com que as entrevistadas pudessem abranger os assuntos que consideram relevantes. Além disso, vale ressaltar que todos os nomes citados no texto - das participantes e seus familiares, são fictícios, com o intuito de preservar as suas identidades. Alguns dos temas que foram abordados nas entrevistas foram: seus sentimentos a respeito de sua realidade, sua relação com os pais adotivos e biológicos, como foi a sua história de adoção e/ou institucionalização, quais problemáticas e aspectos positivos eles enxergam em relação a isso, entre outros. Em relação à localização, as entrevistas foram realizadas presencialmente e em locais públicos, de acordo com a preferência das entrevistadas, porém buscando o máximo de privacidade possível. Finalizadas as entrevistas, transcrevemo-las e as agrupamos posteriormente, para que fossem analisadas e comparadas, gerando uma análise final. Referente a análise qualitativa dos dados, partimos de uma análise narrativa, que visa compreender e interpretar a estrutura, o conteúdo e o significado das narrativas, que foram construídas a partir das conversas com as entrevistadas.

A pesquisa foi submetida ao comitê de ética da Universidade Presbiteriana Mackenzie e enviada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), por meio da Plataforma Brasil, e o projeto foi aprovado sob o número 83558124.3.0000.0084. Este estudo obedece aos critérios e diretrizes, pautados nos cuidados éticos aqui considerados; baseiam-se na resolução no da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil), que regulamenta pesquisas com seres humanos. Todas as informações serão mantidas em sigilo, inclusive a identidade e a instituição de origem dos participantes.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 Introdução

O campo de pesquisa consiste em duas grandes entradas a conversas com as parceiras de pesquisa, que são mulheres que tiveram trajetórias de destituição do poder familiar: uma através da retirada de sua mãe e institucionalização, e a outra pelo processo de adoção. Além de dissertar sobre as entrevistas realizadas com elas, trarei também um estudo e historicização sobre o tema trabalhado. Assim, destaco algumas categorias de análise para a melhor compreensão acerca da realidade vivida por elas, que serão elaboradas a seguir.

4.2 Compartilhando as histórias das companheiras de pesquisa

Luana² tem 25 anos e é um dos 11 filhos de Beatriz, e apenas uma de três que não foram retirados da mãe. Beatriz é uma mulher de seus cinquenta e poucos anos, que entrou para o mundo das drogas quando tinha apenas 15 anos. Desde então, sofreu com o vício e passou por um histórico violento de retirada de filhos. De seus 11 filhos, 9 foram retirados, e geralmente isso ocorria em um contexto de mentiras e segredos, em que seus bebês, ao serem levados para serem higienizados após o parto, nunca mais voltavam. Apenas Luana e dois de seus irmãos não foram retirados da mãe, porque a avó materna conseguiu a guarda deles. Apesar de não estar sempre presente, Luana, Beatriz e a avó buscavam manter um contato frequente, e Beatriz encontrava na casa de sua mãe um lugar para voltar e pedir ajuda quando precisava. A realidade se manteve assim até quando Luana fez 12 anos e sua avó morreu. Quando isso aconteceu, Luana e seu irmão moraram um tempo com o tio, porém depois ela foi institucionalizada em um abrigo. No total, passou três anos lá, dos 12 aos 15 anos, até convencer uma madrinha de consideração a pedir a sua guarda. Quando ela saiu do abrigo, sua mãe estava terminando o

² O nome das entrevistadas e de seus familiares são fictícios, com o objetivo de proteger as suas identidades.

tratamento na reabilitação, e elas voltaram a morar juntas quando a mãe conseguiu um emprego. Hoje, Luana tem uma filha de 7 anos e a família é muito próxima.

O que chama atenção na história delas é que Luana nunca deixou de querer morar com a mãe, e sempre vocalizava isso para os assistentes sociais do abrigo onde morou. Durante a entrevista, ela contou que sempre acreditou que sua mãe conseguiria vencer o vício e que sempre teve empatia pela realidade de sua mãe, pois sabia que ela não estava naquela situação por vontade própria. Além disso, sabe que a realidade das drogas é muito mais complexa do que podemos imaginar, e as pessoas estão nessa situação por motivos diversos e precisam de ajuda para sair da realidade em que estão, mas que muitas vezes essa ajuda não acontece, devido ao preconceito e julgamento.

A segunda entrevistada, Milena, tem 31 anos e sua mãe, Camila, engravidou dela quando tinha 36 anos. Camila trabalhava como doméstica em São Paulo na casa de uma família, após passar por um relacionamento violento. Já tinha três filhos e morava nas casas de família, quando se envolveu com o jardineiro que também trabalhava no local. Quando engravidou dele, não tinha condições financeiras para cuidar da filha, e acreditava que abortar era pecado, devido a crenças religiosas. Assim, uma amiga sugeriu que ela entregasse a criança para um hospital, e ela o fez. Já do outro lado, no caso da família adotiva, eles já tinham três filhos homens e sempre sonharam em ter uma filha, por isso entraram na fila de adoção em comarcas, e Milena chegou em casa com uma semana de vida. A entrevistada foi atrás de sua família adotiva apenas quando completou 27 anos, em busca de sua identidade, e isso gerou nela diversos sentimentos e reflexões, que serão discutidos ao longo desse trabalho.

Ao ser perguntada, na entrevista, sobre o que gostaria que as pessoas soubessem sobre a adoção, disse que, primeiro, ela gostaria que as pessoas entendessem que a adoção é um fenômeno social, ou seja, ela ocorre devido às realidades sociais existentes. Sobre isso, se refere à questão da criminalização do aborto e da pobreza. Ao pensar em sua mãe, entende que entregá-la para a adoção foi a única alternativa que ela encontrou, porque não possuía apoio de outras maneiras. Lembra que, assim que descobriu sobre a sua adoção, ficou triste ao pensar que teve ajuda, mas sua mãe não:

“Às vezes, o tempo para mudar de vida é curto [...] Se ela me amava muito e ela só não tinha dinheiro, por que só não deram dinheiro para ela? Na minha cabeça, isso de separar famílias não fazia o menor sentido. Por que só eu fui ajudada e a minha mãe biológica não? Será que ela está bem?”

Milena, nesse momento, questionou-se sobre a garantia de direitos, afinal, por que ela tinha o direito de ir para uma família bem estruturada e sua mãe não teve direito a ajuda para melhorar de vida e ser capaz de cuidar dela?

Tal reflexão sobre a realidade Sul-Americana - fazendo um paralelo com a época da ditadura, permite um ponto de início para a discussão presente nessa pesquisa, que se refere tanto a retirada de crianças de maneira involuntária, quanto ao processo de adoção, que muitas vezes ocorre por falta de recursos e envolve processos de institucionalização.

4.3 Ditadura militar e retirada de crianças

Como início da discussão sobre o tema de pesquisa, historicizamos-na na intenção de evidenciar o quanto a retirada de crianças pelo Estado não é um fenômeno atual, mas sim algo que ocorre ao longo de muitos anos e com diferentes roupagens conforme as tecnologias que vão surgindo (SOUZA, 2022). Ao iniciar esse projeto, em março de 2024, tive o privilégio de participar de um congresso em Rosário, na Argentina, de título VII ALA Antropologia em contextos urgentes, ministrado pela Associação Latino-Americana de Antropologia. O texto foi produzido por mim, por minha colega de graduação Marina Duarte, e por nossa orientadora Isadora Simões de Souza, e publicado nos anais do congresso. No evento, um dos temas recorrentes era justamente a discussão sobre a retirada de crianças e os direitos de suas mães. Buscando me integrar ainda mais ao assunto, visitei Buenos Aires e conheci a antiga ESMA (Escola Superior de Mecânica da Armada), que hoje é o museu da ditadura na Argentina (1976-1983) denominado Museu Sítio de Memória. Anteriormente utilizado como um espaço de treinamento de militares da marinha, e posteriormente um centro de tortura das vítimas da ditadura, hoje serve como um espaço de memória. Atualmente, dentro dele, algumas sessões são direcionadas para homenagear as avós da Praça de Maio e toda a sua luta durante e depois da ditadura, que segue até os dias de hoje.

Durante os anos da ditadura Argentina, muitos homens e mulheres militantes foram sequestrados e desapareceram - no total, somam-se trinta mil corpos - em uma tentativa de serem calados. Somado a isso, muitas dessas mulheres tinham filhos ou estavam grávidas, e o paradeiro de cerca de 500 crianças também se manteve escondido pelo Estado (VILLALTA e MURILLO, 2021). O destino dos militantes é distinto, alguns foram torturados, mortos, exilados, e afastados de suas crianças. Elas, por sua vez, foram, em sua maioria, entregues para novas famílias, muitas vezes de militares e longe de sua cidade natal. Sendo assim, seus

paradeiros foram mantidos em segredo pelos militares, e as famílias biológicas perderam qualquer contato com as crianças (VILLALTA e MURILLO, 2021).

O maior símbolo de luta contra essa prática e a favor da restituição e busca por essas crianças foram as suas avós, mães dos pais sequestrados. Um grupo grande de avós criaram o hábito de se juntar na chamada Praça de Maio, em frente à Casa Rosada, em Buenos Aires, e protestar a favor da causa. Com muita perseverança, elas conseguiram encontrar 139 netos - até maio de 2025³, que puderam se reaproximar de suas famílias biológicas e se apropriar de sua própria identidade e origem. Hoje, com mais tecnologia e recursos, criou-se o site das avós⁴, que contém diversas informações sobre sua luta, banco de dados sobre os desaparecidos, depoimentos de avós e netos, e fotos de filhos que ainda sonham em encontrar. Isso permitiu que muitos netos se identificassem nas publicações e buscassem a sua própria história. Nesse contexto, vale ressaltar que a luta das madres e abuelas da Plaza de Mayo contribui, até hoje, para a promoção de políticas públicas sobre o tema, como a construção do Banco Nacional de Dados Genéticos (BNDG) em 1987, que contém material genético dos familiares dos desaparecidos (REGUEIRO, 2010 apud VILLALTA e MURILLO, 2021).

Ao refletir sobre o impacto dessas avós, que, até hoje, buscam incansavelmente por seus netos e filhos desaparecidos, é possível compreender a importância da luta contra violações de direitos. Osvaldo Saïdon (2008), em sua obra literária “Devires da clínica”, ao discorrer sobre o movimento das abuelas, expressa que é importante “expandir esse acontecimento, de modo que contribua para desarticular as diferentes formas que os totalitarismos e as potências estatais inoculam em nossos corpos: a obediência, a resignação e a falsa esperança.” (p.107). Ademais, afirma que “As mães da Praça de Maio o derrotam com sua singularidade, sem nenhuma bandeira, por elas mesmas, com nenhuma outra luta que não a delas, a de mães.” (p.102). Essa afirmação nos faz pensar sobre o papel de ser mãe e a sua luta quando se fala em proteger e criar seus filhos.

O movimento das abuelas é muito importante ao pensarmos na realidade sul-americana. Paralelamente à retirada de crianças na ditadura argentina, o Brasil também viveu uma realidade parecida. No livro reportagem “Cativo sem fim” (2019), escrito por Eduardo Reina, os 19 casos conhecidos de sequestros de crianças na ditadura são listados. Reina, ao longo de sua pesquisa para o livro, descobriu que 11 dos 19 casos ocorreram durante a guerrilha do Araguaia,

³ No mês de Julho de 2025, mais um neto foi encontrado, somando-se 140 no total. (O Globo, 2025)

⁴ O site oficial das Abuelas da Plaza de Mayo pode ser encontrado no endereço www.abuelas.org.ar. No site, é possível doar para a causa, reportar novas informações sobre as famílias desaparecidas, encontrar fotos dos netos e atualizações sobre a luta das avós.

entre 1960 e 1974 - movimento contra a ditadura. Todos os casos ocorreram entre 1960 e 1980, e as vítimas eram filhos de militantes da época, que se opunham à ditadura militar, ou de camponeses que se aliaram a eles. Em um trecho do livro (2019), o autor afirma que um dos objetivos dos sequestros era criar as crianças a partir da ideologia dos militares, contrária a de seus pais. Ou seja, tais movimentos de sequestro de crianças têm como objetivo manter um *status quo* vigente, favorecendo aqueles que estão no poder e que, paralelamente, têm melhores condições econômicas.

Nessa perspectiva, entendemos que existem mecanismos que permitem a manutenção das relações de poder. Atualmente, pensando principalmente na realidade brasileira, entende-se que uma das ferramentas utilizadas para controlar a população é a criminalização da pobreza e a institucionalização. Como já abordado por Foucault (1987), a sociedade possui uma característica disciplinadora, ou seja, busca tornar os seus participantes cada vez mais dóceis e obedientes. Pensando no contexto atual, principalmente do Brasil, muitas mães, a partir da criminalização da pobreza, racismo e discriminação, perderam o direito de criarem os seus filhos, que, muitas vezes, foram colocados em famílias mais favoráveis ao Estado, similarmente a como ocorreu na ditadura argentina e brasileira. Por fim, isso leva a um questionamento: como ficam os filhos nessas situações? e o que isso nos permite pensar sobre a adoção?

4.4 Adultocentrismo e romantização da adoção

Ao fazer uma pesquisa rápida sobre adoção, é possível perceber duas coisas recorrentes: o adultocentrismo e a romantização da adoção. Em relação à romantização, lê-se muito sobre como a adoção é um ato de amor puro, algo a ser grato por e um ato de altruísmo e compaixão. Essa ideia romantizada, no entanto, gera consequências negativas para os filhos adotivos. A entrevistada Milena, por exemplo, compartilhou que uma de suas maiores dificuldades referente a sua adoção foi a sensação de culpa que sempre sentiu ao querer buscar a sua origem e sua família biológica.

“Antes eu achava que seria uma ingratidão da minha parte se eu fizesse isso.” e “Quando um adotivo erra, é como se ele tivesse representando todos os adotivos, e quando acerta é mérito da família adotiva. Tem um resquício de culpa ainda porque são seis anos de camadas subjetivas. Tem culpa por estar construindo uma relação paralela. Como trazer uma carga emocional dessa? São várias coisas que a gente se questiona, queria juntar as duas famílias no meu aniversário.”

Sobre isso, ela conta que só foi procurar os pais biológicos com 27 anos, e que, de certa forma, sentiu como se estivesse traindo os pais adotivos, principalmente por acreditar que devia ser grata a eles o tempo todo. Ao longo da entrevista, também, pudemos abordar o tema do adultocentrismo. No artigo “O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares” por Emanuel Bernardo Tenório Cavalcante (2021), o adultocentrismo é definido como um processo que invisibiliza crianças e adolescentes. Nesse sentido, eles têm o seu presente negado em função de um futuro que eles não escolheram e do qual não desejam participar.

Conforme apontado na fala de Milena, é perceptível o quanto as crianças são invisibilizadas nos processos legais e decisões em que estão envolvidas. No contexto da adoção, por exemplo, a vontade da criança e/ou adolescente não é levada em conta, e a voz dos adultos se torna decisiva. Ademais, tal perspectiva também faz parte da realidade de Luana, que, apesar de sempre afirmar querer morar com a mãe, isso não foi permitido a ela durante anos, que só conseguiu efetivamente voltar a morar com a mãe após convencer uma madrinha de consideração a pedir sua guarda, e, posteriormente, sair do abrigo.

Ainda em relação à construção de um discurso adultocêntrico, podemos utilizar aqui a discussão de poder e saber de Michel Foucault (2003), que discute sobre como o discurso que ordena a sociedade é aquele que vem do detentor do saber. Quando adultos são colocados como detentores do saber, as crianças são colocadas em segundo plano, mesmo em assuntos em que elas deveriam ser as protagonistas, como ao falar sobre os seus próprios processos de adoção. Essas reflexões se relacionam diretamente com a culpa sentida pelos filhos adotivos, uma vez que, ao crescerem com uma mentalidade adultocêntrica, acreditam que sua voz não é válida e não tem poder, e, dessa maneira, vocalizar as suas dores se torna ainda mais desafiador. Além disso, a discussão sobre a voz dos filhos adotivos foi muito trazida por Milena em sua entrevista:

“A voz dos filhos é extremamente importante porque só vamos construir referenciais, direitos, melhorias para os filhos entendendo o que eles passam. Os pais sempre puderam falar. O lugar da narrativa a partir da família sempre existiu, e é importante que os filhos falem para que a gente tenha a perspectiva de enxergar o adotivo para além do filho”.

Ou seja, quando pensamos em como exercer melhorias na sociedade com o intuito de proteger crianças e adolescentes, compreender a perspectiva deles é essencial. É através de suas próprias falas que é possível entender suas demandas, desejos e necessidades. Pensando justamente nessa questão da fala e garantia de direitos dos adotivos, Milena faz parte, hoje, do

Adotivas, a Associação Brasileira de Pessoas Adotadas, junto com outras 16 pessoas que lutam para a conscientização, garantia de direitos e a criação de uma comunidade de pessoas adotadas. Afinal,

“Quanto mais adotivos falam, puxa para que mais adotivos falem. É muito importante para a construção de direitos, de políticas públicas, e para a gente mudar o imaginário que tem por aí sobre a adoção que é muito nocivo, principalmente para os adotivos”.

4.5 Criminalização da pobreza e recorte social

É impossível discutir o assunto de adoção sem fazer um recorte econômico, isso porque, como dito na introdução, a grande maioria de crianças adotadas são nascidas em famílias pobres. Sendo assim, refletir sobre qual é a relação entre pobreza e adoção é imprescindível. Ignacio Martín-Baró (2009) discute muito sobre a pobreza, especificamente nas realidades latino-americanas, e sobre como a sociedade é perpetuada por mecanismos opressores, barrando o crescimento econômico de famílias pobres. Entre esses mecanismos, o autor discorre sobre o conceito do fatalismo, que é a ideia de um conformismo baseado em um destino fatal, ou seja, é uma ideia doutrinadora de que a realidade é ditada pelo destino, e, por isso, o pobre nasceu para ser pobre. Essa ideia é perigosa porque é utilizada como argumento para a aceitação de uma realidade de desigualdade.

No prefácio da obra “Um feminismo decolonial” (2019), livro de Françoise Vergès, escrito por Flávia Rios e intitulado “Por um feminismo radical”, a autora, ao falar sobre a realidade brasileira, diz que “Em tempo: denúncias de esterilização e controle dos corpos de mulheres racializadas no país datam do contexto da ditadura militar, como demonstrou o movimento de mulheres negras.” (p. 9), o que nos leva novamente para o contexto da ditadura militar, e traz outro ponto de discussão: o racismo. Ao falar sobre raça e feminismo, a autora discorre também sobre o trabalho doméstico remunerado, e faz uma crítica sobre como “todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, “abrem” a cidade. Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar.” (VERGÈS, 2019, p. 18).

Esses dois pontos, a raça e o trabalho doméstico remunerado, estão diretamente ligados às histórias de retirada e adoção das entrevistadas. Luana e sua mãe são mulheres negras, além da mãe já ter trabalhado no serviço de limpeza muitas vezes, assim como a mãe de Milena, que trabalhou como doméstica por muitos anos, inclusive quando engravidou dela. Para além disso, existe justamente a intersecção entre esses fatores e a classe econômica, uma vez que as duas

famílias são pobres. Sendo assim, essa dissertação corrobora com a fala de Milena de que a adoção é um fenômeno social. Assim como muitos outros casos, a retirada de crianças e/ou a colocação delas em abrigos se dá por multifatores, que geralmente envolvem condições de raça, gênero e classe.

Como narrado por Milena, sua mãe, antes de engravidar dela, passou por uma realidade difícil, com histórico de relacionamentos violentos e condições de trabalho que não a permitiam viver de maneira plena em sua liberdade. Quando engravidou de Milena, não enxergou uma alternativa para cuidar dela, e, sem ter o apoio do Estado para melhorar suas condições de vida, viu a adoção como única alternativa. Já no caso de Luana, a sua mãe é uma mulher negra e pobre, que consumiu drogas muito nova e se tornou usuária. De maneira desonesta e incessante, teve 9 filhos retirados. Tal forma de levar os filhos remete aos sequestros de crianças ocorridos na ditadura, e é aqui que eu faço esse paralelo. Assim como a fala de Eduardo Reina sobre a motivação por poder do Estado frente a esses sequestros, a obra de Vergès (2019), em seu prefácio, traz que “os objetivos das políticas desses patriarcas são os mesmos: servir ao capitalismo racial, explorar, extrair, dividir, despojar, decidir quais vidas importam e quais não importam”, e ainda “o que eu quis destacar neste livro foram fatos simples, concretos e tangíveis que iluminam a estrutura profundamente racializada, estratificada e marcada pelo gênero que permite à sociedade burguesa funcionar há séculos”.

4.6 Institucionalização

Alí dentro não é a mesma coisa de quando
você está na sua casa. Você não abre a
geladeira na hora que você quer, você entra
onde você quer, você sai, você dorme. Lá é tudo
regrado, lá tem horário pra comer, lá tem horário
pra tudo.
- Luana

Ao pensarmos sobre a vivência em abrigos, casas lares, e outros tipos de instituições que abrigam crianças e adolescentes, a reflexão de Goffman (1974) vem à tona, onde ele discute sobre os impactos de se viver em uma instituição com regras e rotinas rígidas, e sobre como isso afeta o senso de identidade de quem vive nela. No caso das entrevistadas, apenas B. viveu essa realidade, já que, dos 12 aos 15 anos, morou em um abrigo longe de sua família. Em seu relato, ela conta que tudo era muito bem definido em sua rotina, desde a hora de acordar e dormir, até o momento das refeições, as comidas e o horário de desligar a televisão. Em certos momentos, quando permitido pela assistente social, eles podiam sair da casa e passear um

pouco, além de algumas excursões periódicas, em que conheciam novos lugares. Sobre a convivência com os outros acolhidos e funcionários, Luana conta que:

“Lá dentro também tem violência. [...] se você não jogar o jogo deles, até apanhar você apanha dos grandes. de um lado eram os adolescentes e do outro era o infantil. Lá era briga todo dia, um quer se aproveitar do outro.”

Esse discurso testemunha um contexto de muita truculência, o que pode ser desencadeado por um estado de sofrimento psíquico devido a diversos fatores, como a separação dos pais, isolamento familiar, incertezas sobre o futuro e a própria falta de senso de realidade a qual eram expostos.

De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (1990), tem-se que:

As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios: I - preservação dos vínculos familiares; II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III - atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V - não desmembramento de grupos de irmãos; VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII - participação na vida da comunidade local; VIII - preparação gradativa para o desligamento; IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo. (Capítulo II, Seção I, Artigo 92)

Entende-se, com isso, que a finalidade de um acolhimento institucional de crianças e adolescentes é permiti-los um desenvolvimento em comunidade e com garantia de direitos, e sempre visando a manutenção das relações familiares de origem, e que, a separação desta, deve ser feita em último caso, quando todos os outros recursos se cessaram. A realidade, porém, se mostra contrária a isso, uma vez que as crianças nascidas em situação de pobreza e famílias com dificuldade de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam o Estado: o encaminhamento para instituições como se fossem abandonadas. (RIZZINI, 2004).

Esse recorte pode ser trazido para a atualidade por meio de nossa entrevista, ao pensarmos nos 9 filhos retirados da mãe de B., e da falta de esforços, por meio dos órgãos de justiça, de preservar os vínculos familiares, uma vez que Luana não recebia visitas de sua mãe, mesmo insistindo muito para vê-la.

Ademais, problemas como superlotação, alta rotatividade dos abrigados, falta de continuidade no atendimento e perspectiva de ajuda às crianças e aos adolescentes (RIZZINI, 2004), foram reiterados no discurso de Luana sobre a sua vivência no abrigo.

“Lá você fica até os 18 anos. ou você consegue trabalho e compra uma casa, ou volta pra família, ou fica na rua. eles não ficam segurando igual esses albergues. então tipo assim, essa menina engravidou lá dentro e perdeu o filho dela lá dentro. [...] a justiça tirou tudo, e não deixava ela ir na parte que ficava o bebê para dar o peito e nem nada, tiraram o bebê dela.”

Somado a isso, uma vez que o abrigamento pouco parece ajudar no sentido de melhoria da vida das crianças e de suas famílias, é necessário que se repense a questão da institucionalização delas. Assim como a adoção, a institucionalização também se dá como um fenômeno social, uma vez que ela ocorre, em sua maior parte, em contextos de pobreza. Sendo assim, compreende-se que, trabalhar em políticas públicas que sejam eficientes na origem do problema, ou seja, no apoio familiar, garantirá um número muito reduzido de pessoas institucionalizadas e, conseqüentemente, a preservação do convívio familiar. Ainda, em situações que os filhos realmente não possam conviver em família, é necessário garantir os direitos básicos dentro das instituições. Basicamente, trata-se da instauração de políticas e práticas que compreendam a dimensão deste empreendimento como essencial para o desenvolvimento humano, social e econômico do país. (RIZZINI, 2004)

5. CONCLUSÃO

Eu, como mãe agora, [sei que] é muito doloroso
você tá ali, carregar a criança nove meses na
barriga e do nada chegar a justiça e tirar de
você, ou você carregar e ter aquela revolta de
pós parto, e depois olhar para outra pessoa falar
“então toma pra você”
- Luana

Primeiramente, entendemos que é essencial considerar a realidade da sociedade brasileira, no que se refere a gênero, raça e classe. Ao longo do projeto, compreendemos que a parcela de pessoas pobres no Brasil é muito grande, sendo que 27,4% da população brasileira vivia abaixo da linha de pobreza em 2023 (IBGE, 2024). Além dessa parcela significativa, outro ponto importante é que, dentro dessa mesma pesquisa, demonstrou-se que o rendimento-hora dos trabalhadores de cor ou raça branca (R\$ 23,02) era 67,7% maior que o dos trabalhadores de

cor ou raça preta ou parda (R\$13,73). Ainda sobre a questão da raça, como citado anteriormente, segundo o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), das 4.508 crianças disponíveis para adoção em 2023, 69,6% eram pretas ou pardas.

Ou seja, considerando esses dados, que ilustram a realidade brasileira, fica claro que a institucionalização e adoção de crianças e adolescentes se caracteriza como um fenômeno social. Isso fica ainda mais claro quando compreendemos as maiores motivações para a institucionalização: falta de recursos para criar os filhos, denúncias de negligência relacionadas a isso e busca de um local que possa garantir direitos deles, principalmente de moradia e alimentação (Rizzini, 2004).

Outro dado que reitera essa realidade são os discursos das entrevistadas Luana e Milena, que, respectivamente, Luana foi institucionalizada e teve os irmãos retirados de sua mãe pobre e usuária de drogas e Milena foi colocada para adoção por uma mãe que foi empregada doméstica durante toda a sua vida e não enxergava alternativas para criá-la. Ouvindo-as e analisando a realidade da retirada de crianças, institucionalização e adoção, fica claro que é necessária a criação e efetivação de políticas públicas que visem o apoio em rede às famílias que necessitem, para garantir que elas possam oferecer um local seguro e com a garantia de todos os direitos aos seus filhos. A autora Lúcia de Castro (2023), em concordância com as falas das entrevistadas, discute sobre esse tema, criticando o adultocentrismo e defendendo a participação efetiva das crianças e adolescentes na produção desses direitos. Assim, eles poderão refletir as reais necessidades e anseios desse grupo, assim como considerar as diferentes realidades sociais e culturais dentro dele.

Somado a isso, a pesquisa nos traz reflexões importantes sobre o processo de adoção: Conversando com Milena, um ponto que fica claro é a importância de se apropriar de sua própria história e origem, tanto por uma questão genética quanto por uma questão identitária, para compreender seus próprios traumas, aparência, traços de personalidade e quem se é de verdade. Entender de onde veio e quem é sua família, permite que a pessoa entre em contato com todas as partes de si mesma, afinal o ser humano é composto por sua parte genética, suas vivências ao longo da vida, o contexto em que cresceu e características que são levadas por gerações.

“Tem coisas que você herda que vem da genética. Mas é só genética? Claro que não. Tem a parte da cultura que a gente aprende com a criação da família, mas tem a cultura que vem da gente, das nossas escolhas e processos. Para o adotivo, enquanto ele não consegue desfazer esses nós de entender o que é biológico, o que é medo, o que é censura, culpa e o que

veio da família, você não consegue se abrir para o futuro, o futuro fica um pouco em névoa. Por isso é importante que os adotivos se apropriem de sua história.”

6. REFERÊNCIAS

ADOTIVAS PODCAST. A importância da voz adotiva. [Locução de]: Fernanda Tuna, Gêssica Pires, Gisele Assis e Larissa Alves. Spotify, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1ze9Byu8ABKES2JjQKLvpl?si=zWg9ItTuSJGKl9copGhVxQ>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ARENDT, H. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16697.htm. Acesso em: 11 fev. 2024.

BRASIL DE FATO. Contra desmonte de Milei, mães e avós da Praça de Maio protestam por memória, verdade e justiça. Brasil de Fato, 4 jul. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/04/contra-desmonte-de-milei-maes-e-avos-da-praca-de-maio-protestam-por-memoria-verdade-e-justica>. Acesso em: 23 jun. 2025.

CASTRO, L. R. de. Descolonização e direitos da criança: uma introdução. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2023. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/62276/62276.PDF>. Acesso em: 23 jun. 2025.

CAVALCANTE, E. B. T. O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. Fronteiras, Dourados, v. 23, n. 42, p. 196–215, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/frh.v23i42.15814>. Acesso em: 27 mar. 2024.

FOUCAULT, M. Ditos e escritos V: Ética, estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARTÍN-BARÓ, I. Desafios e perspectivas da psicologia latino-americana. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR., F. (orgs.). Psicologia social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação. Campinas: Alínea, 2009.

MERHY, E. E.; GOMES, M.; SANTOS, M. Redes vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde. Revista Divulgação em Saúde para Debate, n. 52, p. 153–164, 2014.

O GLOBO. Avós da Praça de Maio dizem ter encontrado o 140º neto na Argentina. *O Globo*, 7 jul. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/07/07/avos-da-praca-de-maio-dizem-ter-encontrado-o-140o-neto-na-argentina.ghtml>. Acesso em: 12 ago. 2025.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

REINA, E. Cativo sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.

REINA, E. Os desconhecidos casos de crianças e bebês sequestrados na ditadura brasileira. BBC Brasil, São Paulo, 26 abr. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61195109>. Acesso em: 9 fev. 2025.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SEGATO, R. Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEIXAS, C. T. et al. O vínculo como potência para a produção do cuidado em saúde: o que usuários-guia nos ensinam. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 23, e170627, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.170627>. Acesso em: 27 mar. 2024.

SOUZA, I.; DUARTE, M. A. T.; DOMINGUES, L. N. ‘Diante da dor dos outros’: interrogar a violência de Estado, a partir da escuta de crianças que foram sequestradas de suas mães. In: VII ANTROPOLOGIAS EN CONTEXTOS URGENTES – Asociación Latinoamericana de Antropología, 2024, Rosário. Anais do VII Congresso ALA. Rosário: Obra Independente, 2024. v. 1.

SOUZA, Isadora Simões de. Mulheres usuárias de drogas e o sequestro de seus filhos: interrogar a violência de estado numa perspectiva feminista. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

VERGÈS, F. Um feminismo decolonial. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VILLALTA, C.; MURILLO, A. “Yo soy”: a participação dos nomes e sobrenomes na defesa de direitos. *Abya-Yala: Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas*, v. 4, n. 2, p. 117–131, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/abyayala.v4i2.34530>. Acesso em: 23 jun. 2025.